Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório do HEMOCENTRO, realizou-se a Quingentésima Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A Reunião contou com a participação do *Presidente do CSDF,* ***Domingos de Brito Filho****, da Secretária Executiva do CSDF,* ***Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante****, dos conselheiros* ***segmento gestor:*** *Lucilene Maria Florêncio de Queiroz, Maurício Gomes Fiorenza, Arilene de Souza Luís, Danielle Sousa Feitosa Ferreira, Inocência Rocha Cunha Fernandes, Ana Patrícia de Paula, Bárbara de Albuquerque Berçot, Marcelo Jorge Carneiro de Freitas, Juracy Cavalcante Lacerda Júnior, Valdenize Tiziane, Victor Leonardo Arimateia Queiroz; dos conselheiros* ***segmento trabalhador:*** *Karine Rodrigues Afonseca, Márcio da Mata Souza, Júlio César Florêncio Isidro, Humberto de Oliveira Lopes, Fátima Lúcia Rôla, Tiago Sousa Neiva, Meire Beatriz Ferreira dos Santos, Stella dos Santos Rodrigues Krause, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Marcos Moura Santos, Carlos Roberto de Souza Filho, Wendel Teixeira Santos, Marôa Santiago Gomes; dos conselheiros* ***segmento usuário:*** *Luís Carlos Macedo Fonseca, César Achkar Magalhães, Silvestre Araújo, Silma Sousa Costa, Adriano Borges Alves, Paulo Martins Vieira, Enóquio Sousa Rocha, Darly Dalva Silva Máximo, Michel Platini Gomes Fernandes, Raimundo Nonato Lima, Ana Patrícia de Souza Lobo Pereira da Silva, Larissa Bezerra da Silva da Cunha, João Elias Lima Araújo, Lucas Carvalho da Silva.* O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 9h23. Foi aferido quórum necessário para deliberação. Agradeceu ao COREN pelo fornecimento do lanche para a reunião e ao Dr. Marcel pela cessão do auditório do HEMOCENTRO para a realização da reunião. **Expediente – Pedidos de licença e justificativa de faltas dos Conselheiros –** A Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, anunciou as justificativas de ausência à 525ª RO recebidas no CSDF: Conselheiros (as) Clóvis, Raimundo Ferreira, Teresinha, Tatiana e Alexandra. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, agradeceu à Dra. Bárbara pela campanha do HEMOCENTRO de doação de sangue. **Pedidos de inclusão de matéria na ordem do dia da próxima Reunião Ordinária do CSDF –** O Conselheiro **Júlio Isidro** solicitou inclusão de item referente à aprovação da Resolução do PAS 2024. O Conselheiro **Luís Carlos** solicitou inclusão de item referente a Força de Trabalho e o Planejamento Estratégico da SES. **Pedidos de inclusão, na ordem do dia, de assunto emergencial devidamente justificado e aprovado por maioria –** O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, solicitou inclusão de item para colocação em pauta a Resolução de alteração do Regimento Eleitoral. **Apresentação de convidados (as), bem como de novos (as) conselheiros (as) ao Plenário.** O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, apresentou os convidados: membros do Comitê Técnico de Hemoglobinopatias Hereditárias do Distrito Federal, Dra. Aveline Azevedo, Dra. Margareth Daldegan, Dra. Franciele Amaral, além do Sr. Elvis Magalhães, da Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme. **Ordem do dia - Item 1 – Apresentação e aprovação da Pauta da 525ª Reunião Ordinária do CSDF**. Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. O Conselheiro **Marcos Moura** solicitou inversão de pauta, com a antecipação do item 5. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, apresentou ao Pleno a pauta com as alterações solicitadas, antecipando o item 5 para o item 3. Foi aprovada a pauta com a inclusão emergencial. **Manifestação ou pronunciamento dos Conselheiros inscritos –** A Conselheira **Karine** apresentou seus informes. Disse que no ano passado, em agosto ou setembro, apresentou informe comunicando que iria iniciar um projeto da Associação Brasileira de Enfermagem, de formação de enfermeiros da Atenção Primária para a inserção do DIU, a partir de uma parceria com a BrazilFundation, o Sindicato dos Enfermeiros e a Secretaria de Saúde. Disse que esse projeto está finalizando agora na primeira quinzena de julho e, como uma forma de demonstrar a esse Conselho que monitora, que acompanha todos os dados da

saúde do Distrito Federal, gostaria de apresentar o sucesso desse projeto, que conseguiu em menos de 1 ano capacitar 88 enfermeiros para inserção do DIU na Atenção Primária, 56 serviços de saúde, foi priorizado nesse primeiro momento de maior vulnerabilidade social, e teve alguns serviços também hospitalares de referência, como por exemplo, a casa de parto de São Sebastião, o Programa de Gestação Legal no HMIB e a Colmeia, que as equipes solicitaram para que fossem treinadas. Disse que foi finalizado com 1860 inserções de DIU. Disse que teve 3 complicações nessas inserções, que foi a DIP - Doença Inflamatória Pélvica - que foi diagnosticada e manejada por enfermeiros na própria Atenção Primária. Disse que passaria aos Conselheiros um documento referente ao Perfil Epidemiológico. O Conselheiro **Júlio Isidro** apresentou informe referente a aprovação da Resolução do PAS para a próxima RO, que será aberto pela Comissão de Instrumentos prazo até o dia 2 de julho para que os Conselheiros possam ler e para que possa fazer as instruções em relação às ações em saúde para o ano 2024 com base no PDS já aprovado no Controle Social. Informou a respeito da audiência que aconteceu na Câmara Legislativa em relação ao Relatório Quadrimestral, para que possa analisar, inclusive melhorando as questões das ações, pleiteando o repasse do governo do DF para a Secretaria de Saúde. Disse que em 2022 o Fundo Constitucional foi responsável por enviar 4 bilhões de reais para a saúde e o GDF aportou 4,8 bilhões, em 2023 o Fundo Constitucional aumentou para 8,11 bilhões e o GDF aportou, de fontes próprias, recurso 100, o valor de 3,444 bilhões, então houve uma redução de 1.4 bilhões em relação ao aporte do GDF, fonte 100, à saúde. Lembrou que pode implementar as ações e nelas cobrar recursos depois para poder aumentar esse valor de aporte para a saúde. O Conselheiro **Silvestre** informou que no último dia 6 recebeu convite do Dr. Juracy, para as Associações, Federações e Entidades Civis, sobre a plataforma que está sendo instalada nas UPAS, Hospital de Base e Santa Maria. Disse que hoje são 142 associações em Brasília, e representando essas associações foram convidadas 12 associações e federações. Disse que houve a apresentação de um projeto muito interessante do IGESDF para comunicar a saúde do DF. Disse que repercutiu muito essa informação entre os grupos das federações e associações. O Conselheiro **Luís Carlos** disse que há um déficit referente à força de trabalho na SES atualmente. Solicitou que a SES, em uma próxima reunião ordinária, apresente a sua força de trabalho, de uma maneira geral, e o seu planejamento para suprir as deficiências contidas nas atuais e nas próximas unidades que serão inauguradas. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** disse que a SES age como um conglomerado com 20 empresas que cede 2 das suas empresas para um terceiro administrar, fazendo uma alusão ao que acontece no caso do IGESDF. O Conselheiro **Enóquio** apresentou seus informes. Relatou problema de informática que está acontecendo no Gama. Citou uma redistribuição de pediatras que está acontecendo no Gama, o que pode acarretar problemas, e solicitou atenção da SES para que haja uma busca por soluções alternativas. O Conselheiro **Raimundo Nonato** apresentou seus informes. Disse que a regulação de Brasília não funciona direito. Questionou qual a despesa e o investimento da SES nas ações de promoção e prevenção à saúde, além do planejamento para essas ações. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, solicitou a correção do que foi aprovado na última reunião, explicando que não estava presente, e faltou uma comunicação dele próprio para a Mesa Diretora e para Andressa, Secretária-Executiva do CSDF. Disse que foi aprovada a indicação do Conselheiro João Elias para compor o CEP do HFA, porém ocorre que ele próprio é o participante da pesquisa no Comité de Ética do HFA e acabou esquecendo de dizer que iria continuar no Comitê. Disse que em conversa com o Conselheiro João Elias no Conselho foi aceita a proposta de ele compor o CEP da FEPECS, que até então faltava um componente. Disse que está fazendo a mudança, o Conselheiro João Elias, representante do segmento dos usuários, fará composição do CEP da FEPECS e ele próprio, Domingos de Brito, continuará no CEP do HFA. Disse que foi dito na reunião passada sobre a capacitação e aqueles conselheiros que inclusive deram o nome que iriam participar da capacitação. Disse que tinha 40 participantes da capacitação elaborada pelo Conselho, uma capacitação caríssima, planejada durante 8 meses, e Conselheiros irresponsavelmente deram o nome e não compareceram. Disse que isto é custo, isto é dinheiro público. Disse então que, conforme dito na reunião passada, iria cumprir o Regimento Eleitoral que, no seu artigo 17º, diz que os Conselheiros terão 180 dias para cumprir a capacitação e entregar o certificado junto ao Conselho de Saúde e, findo esse prazo, seria pedida a sua substituição. Disse que no Regimento anterior faltou essa informação que está compondo agora, por isto então não será pedida a substituição dos Conselheiros que não fizeram a capacitação, conforme Regimento, mas este item já está corrigido na Resolução que será colocada hoje para votação e, assim, aqueles Conselheiros que não apresentaram ou que não irão apresentar os certificados junto à Mesa Diretora já passam a cumprir o

novo Regimento Eleitoral e será pedida sim às suas entidades a sua substituição. Disse que é até uma falta de respeito com o Conselho quando se gasta um dinheiro público e este Conselheiro coloca o nome dizendo que vai à capacitação e, ao invés de ter 40 Conselheiros capacitados, no primeiro dia, tinha apenas 24. Disse que todos são responsáveis por esse dinheiro caro da capacitação, em que Conselheiros irresponsáveis deram o nome e não compareceram à capacitação. Disse que há um Regimento que tem que ser cumprido e está fazendo a correção no Regimento agora, e que este será cumprido sim. O Conselheiro **Raimundo Nonato** considerou a fala do Presidente como falta de respeito e ética quando se referiu aos Conselheiros que faltaram à capacitação como irresponsáveis. Justificou a sua ausência na capacitação. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, disse que quando falou irresponsável se referiu àquelas pessoas que colocaram o nome e não compareceram sem justificativa. Disse que deixou bem claro que o Conselheiro Raimundo justificou antes. Procedeu informe de que a Resolução proposta hoje será para a correção deste item e outros itens que o Ministério Público tem cobrado em função do comparecimento do CSDF junto às eleições dos Conselhos Regionais, aonde foram observadas algumas coisas que cabem na flexibilização da Resolução do Regimento Eleitoral. **Item 2 – Atualizações da 2ª Conferência Distrital de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde -** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. A Conselheira **Fátima Rôla** apresentou ao Pleno as atualizações referentes a 2ª CDGTES. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** efetuou críticas. Disse que há necessidade de melhorar o diálogo entre o Conselho de Saúde do DF e os Regionais em referência à organização das Conferências. Citou a relatoria, que a seu ver não deu certo e opinou que o tema deve ser discutido posteriormente para ocorrer melhora. Fez crítica em referência à participação dos doutorandos da FIOCRUZ nas Conferências. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, informou ao Conselheiro Jefferson que esses assuntos serão abordados na Mesa e na reunião da Comissão das Conferências. **Inclusão de Pauta – Correção e flexibilização da Resolução do Regimento Eleitoral**. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, disse que no ano de 2023 foi montada uma Comissão para Acompanhamento das Eleições dos Conselhos Regionais e do DF, até em função da alteração da lei 6.404. Disse que essa Comissão tem acompanhado bem de perto as eleições nos Conselhos Regionais, além do Ministério Público. Disse que o Ministério Público tem acompanhado junto com o CSDF essas eleições e que “pediu” para que que fosse feita a flexibilização da Resolução. Disse que foi montado um grupo e feita a flexibilização da Resolução. Apresentou em seguida ao Pleno a Resolução com a flexibilização de alguns itens. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** fez considerações. Disse que gostaria que a Mesa mudasse a sua visão com relação à dependência ou interdependência do Conselho Regional com o Conselho de Saúde do DF. Disse que a dependência do CSDF com o Conselho de Saúde Nacional é zero. Disse que a Lei Orgânica fala do Conselho de Saúde e que em cada cidade terá um Conselho de Saúde. Disse que não existe a regulamentação com relação ao Conselho de Saúde das regionais. Disse que o Conselho de Saúde, diante dos problemas que surgiram nos Conselhos Regionais, está tentando criar alguma normativa. Disse que, a seu ver, tem algumas coisas que estão extrapolando. Disse que não se pode comparar o Conselho de Saúde de Brasília com o Conselho de Saúde de Taguatinga, com o Conselho de Saúde da Estrutural, com o Conselho de Saúde de Brazlândia. Disse que o Conselho de cada cidade tem que ter o poder de criar o seu regimento e as suas condições. Disse que está criando regras muito rígidas, particularmente com relação ao CNPJ. Questionou qual a legalidade que existe do Conselho de Saúde do DF estar legislando para o Conselho, porque não é o Ministério Público que que faz normativa, ele fiscaliza de acordo com o que está na legislação. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, esclareceu as considerações feitas pelo Conselheiro Jefferson. Disse que feito o Regimento Eleitoral, passou a acompanhar as eleições em vários Conselhos Regionais. Disse que não citaria o nome do Conselho Regional por uma questão de ética, mas num desses acompanhamentos tinha uma entidade em um Conselho Regional que já participava do Conselho Regional há 3 ou 4 mandatos anteriores e, posto o novo Regimento Eleitoral, passou a analisar a documentação desta entidade. Disse que entidade foi criada há 25 anos e a única coisa que a entidade fez foi entregar uma única cesta básica, há 23 anos. Disse que ela é composta por uma única pessoa, por um único presidente e uma secretária. Disse que a secretária veio a falecer havia 10 anos, a entidade tinha um único componente e não fazia trabalho nenhum junto à sociedade e queria representar a sociedade no Conselho. Disse que o Ministério Público chamou, foi colocado tudo isso ao Ministério público e foi proposta do próprio Ministério Público a flexibilização do Regimento e aberto para total transparência, para a participação da comunidade como um todo. Disse que há que se cumprir alguma legalidade para que esta entidade

represente a comunidade local e a sociedade como um todo. O Conselheiro **Márcio da Mata** solicitou vistas ao processo dada a complexidade da questão, e por alguns esclarecimentos que ainda não conseguiu perceber em sua plenitude. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, como houve o pedido de vistas, encerrou o tema na RO explicando que o Conselheiro Márcio da Mata tem 30 dias para apresentar o seu Parecer junto ao Conselho. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde do DF, fez considerações acerca da atuação dos Conselhos de Saúde. Disse, a respeito dos Conselhos Regionais e a relação com o Conselho de Saúde do DF, que concorda em parte com o que o Conselheiro Jefferson abordou. Disse que o que queria que fosse trazido é que, primeiro, o Conselho Nacional de Saúde baliza as macro políticas, os macro encaminhamentos e as macro discussões. Disse que os Conselhos de Saúde, no nosso caso o Conselho de Saúde Distrital, são balizados por esses encaminhamentos do Conselho Nacional de Saúde. Disse que tem tido bastante preocupação por entender que há uma desconexão entre os Conselhos Regionais e as pautas que são discutidas a nível de Conselho de Saúde do Distrito Federal. Observou que no Plenário do CSDF dever-se-ia ter os presidentes e membros dos Conselhos Regionais de Saúde e se tem nessa plenária, com a constância e com a presença, o Presidente do Conselho de Saúde do Gama, o Professor Enóquio. Disse sentir a falta da presença dos presidentes, membros ou representantes dos Conselhos Regionais nas discussões, porque não são poucas as vezes que é requerida a ela própria e à Secretaria de Saúde a discussão de temas que muitas vezes são tratados aqui a nível macro. Disse que as questões locais são individuais e heterogêneas, então os Conselhos de Saúde são totalmente heterogêneos, o que é preciso trabalhar é a capacitação. Disse que o Ministério Público tem ido nessa esteira de capacitar os Conselhos de Saúde, os conselheiros, para que estes entendam o seu papel enquanto Conselho de Saúde. Disse que é preciso delimitar o que é discutir política pública, discutir a heterogeneidade da região, desvencilhar das questões de gestão, de opinar, de ser simpático ou antipático a determinadas indicações da região. Disse que o Conselho de Saúde tem a prerrogativa de monitorar, de fiscalizar e de apontar os Conselhos Gestores. Disse que é preciso estimular a criação dos Conselhos Gestores em cada equipamento público dentro da região. Disse que gostaria muito que os Conselhos Regionais estivessem na mesma página que o Conselho de Saúde do DF, na discussão do que caminha aqui, porque as pautas das reuniões dos Conselhos de Saúde, locais, muitas vezes são temas que já foram abordados no CSDF, já tem uma resolução e a região ainda continua em um "*time"* diferente. Disse que é preciso também entender o escopo de atuação, e para isso o Tribunal de Contas está ajudando, está contribuindo muito nessa formação, e as demandas e algumas arestas que existem em determinados Conselhos sejam trazidas para se dar o encaminhamento na Comissão de Ética. Sublinhou a necessidade da convergência dos Conselhos Regionais e do Conselho de Saúde do DF. Disse que o foco é entregar uma saúde melhor, uma saúde como o usuário do Sistema Único carece e merece. Disse que hoje à tarde estará com a Presidente de um determinado Conselho e pedirá que ela compareça às reuniões do Conselho de Saúde. Disse que vai tentar trazer e aglutinar, porque na divisão só o usuário do Sistema Único de Saúde perde. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, disse que todos os Presidentes dos Conselhos Regionais de Saúde são convidados a participar das reuniões do CSDF. Disse que gostaria de compor um Grupo de Trabalho para ajudar na relatoria do processo. Esclareceu que há uma cobrança literal do Ministério Público, porque está com pelo menos três Conselhos Regionais com seus processos eleitorais parados em função da flexibilização deste Regimento Eleitoral. O Conselheiro **Márcio da Mata** enfatizou a importância e a urgência de resolver esse trabalho. Disse que deve haver um equilíbrio na área da saúde hoje. Ressaltou que defende o sistema público de saúde, predominante SUS, porque na sua visão, o sistema de saúde é carreira de Estado, o Estado deve se sobrepor. Defendeu o equilíbrio e o funcionamento de todas as estruturas em conjunto. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, informou que, pelo pedido de vistas feito, o Conselheiro Márcio da Mata e o Conselheiro Michel Platini seriam os relatores. Procedeu em seguida a composição do GT, com os Conselheiros Jefferson Bulhosa, Domingos de Brito, Enóquio, Raimundo Nonato, Daniele Feitosa, além dos convidados Conselheira Stella dos Santos e AB-Diel Nunes. O Conselheiro **Silvestre** fez colocações. Citou a dificuldade dos usuários em participar das reuniões. Solicitou a que a Comissão revise as condições da participação dos usuários nas reuniões e eventos do Conselho. Justificou a sua ausência na Capacitação. O Conselheiro **Jefferson Bulhosa** criticou a AJL. Disse que a AJL, não tem o poder de impedir uma publicação de um Regimento do Conselho de Saúde. A Conselheira **Fátima Rôla** respondeu o Conselheiro Jefferson informando que a Mesa já decidiu isso com a Secretária, que todas as decisões do Conselho estão

passando direto para a Secretária, não estão indo para AJL. **Item 3 – Apresentação da Política de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme.** Coordenação: Mesa Diretora. Expositor: Conselheira Bárbara Berçot. A Conselheira **Bárbara Berçot** introduziu o tema ao Pleno, citando o mês de junho vermelho como mês da conscientização para a doação de sangue, o dia 14 como dia mundial da doação de sangue e o dia 19 como dia da conscientização da doença falciforme. Apresentou vídeo promocional ao Pleno. O Conselheiro **Marcelo Jorge**, HEMOCENTRO, fez a apresentação. O convidado **Elvis**, Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme - BRADFALM, complementou a apresentação, explanando acerca da BRADFALM, sua história e atuação. Efetuou a doação de um livro ao Conselho de Saúde, agradecendo a acolhida. A Convidada **Luana Carolina**, paciente com doença falciforme, fez depoimento, discorrendo acerca dos benefícios do tratamento com hidroxiureia. **Item 04 – Mesa de Negociação do SUS.** Coordenação: Mesa Diretora. Expositor: Conselheiro Jefferson Bulhosa. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, abriu o tema. Explicou que é uma Mesa que estava parada e o Conselho Nacional de Saúde está propondo a volta dela. A convidada **Ana Carolina**, Secretária-Executiva da Mesa de Negociação, apresentou o tema ao Pleno. Disse que desde 2017 a Mesa estava suspensa porque houve um Decreto, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, porém o presidente atual revogou o Decreto. Disse que em 2021 o Conselho Nacional de Saúde recomendou a volta imediata de todas as Mesas. Explicou que a Mesa é um fórum permanente de negociações do SUS, e os seus membros são sindicatos da saúde e a gestão. Dissertou em seguida sobre as atividades exercidas. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde do DF, fez comentários. Disse que é um espaço extremamente nobre, privilegiado, um espaço de construção, um espaço do exercício democrático do respeito ao outro e da construção coletiva. Disse estar muito feliz com o decreto governamental. Citou a composição da Mesa, Sindicato dos Enfermeiros, Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Saúde do DF, Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem do DF, Sindicato dos Fisioterapeutas de Brasília, Sindicato dos Farmacêuticos do Distrito Federal, Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Radiologia do DF, Sindicato dos Servidores Públicos Federais do DF, Sindicato dos Odontólogos do Distrito Federal, Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social do DF e o Sindicato dos Nutricionistas do Distrito Federal. Disse que existe todo o normativo, a composição paritária representada pela gestão e pelas entidades sindicais, Secretário de Saúde, Subsecretário Adjunto, Secretário de Atenção Integral à Saúde, Subsecretário de Gestão de Pessoas, Coordenação da Atenção Primária, Subsecretário de Vigilância em Saúde, Diretor Executivo do Fundo de Saúde, Gerência de Saúde Ocupacional, Diretor do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador e o Subsecretário das Relações do Trabalho e da Secretaria de Estado de Administração - GDF. Disse que tem toda a estrutura e irá reavivar e fazer essa construção coletiva novamente. Disse que o Ministério da Saúde deixou a escolha da regularidade das reuniões a cargo de cada unidade da federação, então ela pode ser mensal, bimestral, trimestral ou semestral. Disse que a mesa do DF tem o seu Regimento com a reunião mensal e extraordinárias podendo ocorrer. Disse que na Secretaria de Saúde, no PO 700, tem uma sala de reuniões. Disse que irá organizar do ponto de vista da Secretaria de Saúde uma vez que é uma determinação governamental, não há o que se questionar. Disse que as pautas principalmente são a discussão salarial, jornada de trabalho, a carreira de saúde, direitos e conquistas sindicais nas reformas de estrutura, mecanismo de gestão de recursos humanos do SUS e outros itens à medida que forem demandados. Disse que a reativação da Mesa de Negociação é uma determinação do Governo Federal. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, esclareceu que todos os assuntos são discutidos na Mesa e depois necessitam ser trazidos para o Conselho para a emissão de Resolução. Disse que será montado um GT para atualização do Regimento Interno da Mesa de Negociação. A convidada **Ana Carolina** complementou a exposição informando que o Ministério da Saúde deixou bem confortável em relação à periodicidade e o formato, *online* ou presencialmente. A Conselheira **Fátima Rôla** disse que a proposta é a criação de um Grupo de Trabalho do Conselho, para definição das regras e fazer o convite a todas as entidades para apresentar a carta num dia certo, no horário certo, como na eleição do CSDF. Integraram o GT os Conselheiros Wendel, Silvestre e Raimundo Nonato, colaboradores AB-Diel e Ana Carolina, sendo o representante da gestão indicado posteriormente pela Secretária de Saúde. **Item 5 – Pediatria no DF.** Coordenação: Mesa Diretora. Expositor: Gestão da SES. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde do DF, atualizou as informações acerca dos medicamentos citados pelos convidados Elvis e Luana. Registrou, em relação ao abastecimento da Secretaria de Saúde da hidroxiureia, a hidroxicarbamida, cápsula de

500 miligramas, nas farmácias de alto custo está abastecido a nível central com 172.200 unidades, e um empenho publicado em 5 de junho de mais 78.700 unidades a receber. Disse que pelo INFOSAÚDE, inclusive, consta que o estoque na Ceilândia e na farmácia de alto custo da região Central são 8.000 unidades, transferidas hoje para a Ceilândia 14.400. Disse que hoje tem 8.000 na central e 14.400 na farmácia de alto custo do Gama. Disse que está fazendo a aquisição a cada 2 meses porque como compra em grande quantidade, quando coloca para 4 meses, as empresas têm dificuldade de entregar, então encurta a programação para que seja entregue. Explanou em seguida sobre a metodologia de compra dos insumos. Apresentou em seguida a pauta da pediatria. Citou a sazonalidade do Distrito Federal e um aumento da demanda. Disse que houve um planejamento, houve uma construção de um plano de enfrentamento à sazonalidade do vírus sincicial respiratório e essa construção foi desde agosto/setembro de 2023 para o que viveria no início de 2024. Disse que foi aos órgãos de controle por convite/convocação, Sindicato Médico, Conselho Regional de Medicina, Ministério Público, para a exposição de todo o planejamento e tudo o que estava sendo feito. Disse que depois que começou a viver o aumento do número de casos, que se deu em novembro, dezembro de 2023, e quando virou janeiro se somou à demanda aumentada e intensa, que se tornou uma epidemia, do aedes aegypti, e concomitantemente ao vírus sincicial respiratório, com o adenovírus, com o rinovírus e o sarkov, ou seja, tinha COVID, adenovírus, rinovírus, vírus sincicial respiratório e todas as doenças prevalentes da infância acontecendo ao mesmo tempo. Disse que, então, todo esse volume exigiu uma organização da Secretaria de Saúde do Distrito Federal em níveis de atenção, o nível de Atenção Primária em Saúde, Atenção Especializada e a Atenção Hospitalar. Disse que do ponto de vista de volume, primeiramente, foi abordada a Atenção Primária em Saúde, considerando que tem 30% para as demandas espontâneas e 70% para as demandas de rotina da carteira de serviço da Atenção Primária em Saúde. Disse que, conforme a Política Nacional de Atenção Básica, caderno 28, pediu que ampliasse a demanda espontânea na Atenção Primária em Saúde. Disse que esse vírus veio com uma maior agressividade, então o vírus com as crianças começou a ter uma evolução muito rápida entre o acolhimento, o atendimento na Atenção Primária em Saúde e o comprometimento respiratório, principalmente com derrames pleurais, o que exigia tanto a internação como a migração e a necessidade do aumento da gravidade e as crianças precisando de leito de UTI. Disse que, do ponto de vista de Atenção Primária em Saúde, primeiro buscou consistir e homologar as equipes de estratégias de saúde da família. Disse que hoje o Distrito Federal tem 16 equipes não homologadas por falta de médico de família, e esses 16 médicos de família foram nomeados agora no concurso. Disse que, junto a isso, foi até o Ministério da Saúde para pedir a adesão do Distrito Federal no Programa Mais Médicos, mesmo o Distrito Federal não estando dentro do rol das unidades da federação, conforme o IDH e a renda per capita com vulnerabilidade. Disse que foi acolhida e começou a receber os médicos do Programa Mais Médicos e começou a consistir, isso na Atenção Primária em Saúde. Disse que aumentou a demanda, houve um prejuízo do segmento às doenças crônicas não transmissíveis na Atenção Primária em Saúde, mas era aquele momento. Descreveu em seguida as ações feitas em relação à Atenção Primária, primeiro a vigilância a todas as salas de procedimento, aquelas salas onde tem pontos de oxigênio, a questão de oxigênio nas Unidades Básicas de Saúde, a vigilância e a recomposição de todos os carrinhos de parada de todas as Unidades Básicas, foram entregues laringoscópios com 11 lâminas para as 176 Unidades Básicas de Saúde. Foi feito, no quesito insumo, matriciamento do insumo e ampliação dos horários de atendimento, principalmente aqueles locais de maior demanda, como é o caso da região Sudoeste e da região Oeste. Disse, em relação à Atenção Especializada, que tem hoje uma conformação no Distrito Federal na qual os colegas que estão na Atenção Especializada são profissionais, que em torno de 60% eram médicos pediatras que compunham as unidades chamadas de tradicionais até o ano de 2017, quando houve a adesão e se tornou uma política de Estado a Estratégia de Saúde da Família no Distrito Federal. Disse que foi um momento de transformação, de quebra de paradigma. Disse que esses pediatras que aceitaram fazer o CONVERTE, que estavam como pediatras nas Unidades Básicas de Saúde, passaram por uma capacitação e por uma avaliação, por uma prova, e passaram a ser, no SIGRH, médico de família e comunidade. Disse então que tem esses profissionais e os outros profissionais que não queriam e não eram desejosos foram para a Atenção Especializada. Disse que alguns desses profissionais que estavam na Atenção Primária tinham subespecialidade, alergologia, endocrinologia, pneumologia, mas nos idos de 2017 não tinha esse quantitativo de subespecialistas, tinha pediatras nas Unidades Básicas de Saúde que não aderiram a serem médicos de família e hoje estão nas Policlínicas. Disse que muitos desses médicos da Atenção Especializada têm realmente restrição e não atendem em

Pronto Socorro porque quando se conversou à época, eles tinham dois caminhos, aderir à medicina de família e comunidade ou compor as equipes de pediatria no hospital, quer seja em enfermaria, quer seja no Pronto Socorro, mas muito poucos migraram para o Pronto Socorro. Disse que alguns fizeram a conversão e os outros pediatras, que foi a maioria, ficaram na Atenção Especializada, na Policlínica. Disse que quando estava na outra sazonalidade, por ter sido habilitada na metodologia LEAN, disparou em Ceilândia a rota rápida porque tinha um grande volume de crianças no Pronto Socorro e tinha as crianças na sazonalidade que aconteceu de 2022 para 2023. Disse que esses pediatras começaram a atender a rota rápida, que foi um caminho que foi construído na Ceilândia, que foi um *"case"* de sucesso, e se manteve. Disse que havia uma pediatria que fazia a rota rápida, tinha garantido de 45 a 60 consultas que não eram laranjas e não eram vermelhas, e havia um servidor que levava para o ambulatório e, com isso, as crianças com maior gravidade eram deixadas na porta do Pronto Socorro. Disse que essa rota foi adotada em outros serviços. Disse que foi pessoalmente no Hospital Materno Infantil e fez essa construção com as gestoras do local. Disse que mapeou a Atenção Primária em Saúde da região Central de Brasília e determinou um "n" de pacientes que seriam acolhidos em todas as UBS que estavam mais próximas ao Hospital Materno Infantil para retirar aquele volume de crianças que estavam na porta e, com isso, a Atenção Primária em Saúde da região Central de Brasília começou a receber por transporte sanitário essas crianças que ficavam fazendo tensionamento de volume de atendimento na porta. Disse que tinha esse volume em quantidade e tinha aquelas com aumento de gravidade, quer seja por uma diminuição da cobertura vacinal, que se está trabalhando, quer seja por essas crianças viverem um momento de suas vidas que é de 0 a 3 anos, fora de creche, fora de escola por conta da pandemia, e essas crianças não têm um sistema imunológico ativado, diferente de quando há uma socialização, então essas crianças têm um perfil imunológico diferente. Disse que, considerando que as crianças que tinham maior gravidade precisavam de internação e, em paralelo a isso, com esse aumento do volume de crianças em portas de pediatria e considerando que tem algumas regiões de saúde, como é o caso da região Leste, que se apresentava apenas com a porta do Hospital do Paranoá, e já estava ficando muito tensionado, há 2 anos atrás demandou, por uma necessidade da população pela distância entre São Sebastião e o Hospital do Paranoá, o Instituto de Gestão Estratégica para que a UPA de São Sebastião tivesse pediatria. Disse que as seis UPAS antigas, começando por Samambaia, que foi em 2012, são UPAS que têm duplo fluxo, um fluxo para adulto e um fluxo para criança. Disse que hoje no Distrito Federal pode ampliar a pediatria para seis UPAS, ou seja, já tem São Sebastião, Ceilândia e já tem o Recanto das Emas. Disse que essas seis UPAS são as possibilidades de pediatria no Distrito Federal, porque se for com pediatria para as sete novas UPAS elas não têm esse duplo fluxo, e o Estatuto da Criança e do Adolescente e Direitos Humanos não permite que as crianças sejam atendidas junto com adultos. Disse que é preciso raciocinar que hoje tem três UPAS com pediatria e, naquela ocasião, São Sebastião estava com Paranoá tensionado, era motivo de mídia, e pediu que o Instituto de Gestão Estratégica utilizasse e ofertasse o duplo fluxo. Disse que foi feito o plano de trabalho, apresentado, e São Sebastião assim começou. Disse que o único local naquela região de saúde do Sudoeste que tem pediatria é o Hospital Regional de Taguatinga, porque o Hospital de Samambaia não tem pediatria desde o ano de 2013. Disse que o Instituto de Gestão Estratégica faz o plano de trabalho e vem atender a pediatria. Detalhou em seguida a dinâmica da pediatria nas regionais de saúde e as providências adotadas. Ressaltou que não houve inércia, não houve passividade, houve realmente uma ação para aumentar leitos, para mudar processo de trabalho, para buscar a colaboração dos trabalhadores. Disse, em relação à questão da força de trabalho, que teve déficit e, juntamente com todo o déficit, o Instituto de Gestão Estratégica manteve o processo de seleção aberto, porém praticamente esgotou a força de trabalho de pediatria no Distrito Federal. Disse que tem hoje um processo aberto, que hoje tem muito menos interessados, as questões salariais são um valor maior, é pouco, mas é maior, mas mesmo assim o que esgota é a capacidade e a existência do profissional, é que é uma especialidade de difícil provimento, assim como é anestesiologia, assim como é a neurologia, assim como é o neurocirurgião, assim como é o psiquiatra, que são especialidades de difícil provimento. Disse que a Secretaria de Saúde vem buscando a recomposição da força de trabalho. Disse que continuará pedindo e insistindo para que tenha o aumento, a expansão nas UPAS, considerando que haja um interesse pelo atendimento, para compor as outras três UPAS, para ficarem as seis UPAS. Disse que tem déficits importantes no RH da pediatria dos hospitais, como Planaltina e Ceilândia. Disse, em relação aos pediatras, que não é por falta de busca, é que não tem mesmo hoje no mercado a oferta. Abordou em seguida aspectos relacionados ao Gama. Disse que existe muita dificuldade na

manutenção dos pediatras na SES, pelo volume da demanda. Apresentou ao Pleno um resumo mostrando um panorama do que foi feito no Distrito Federal em relação à pediatria. Disse que o Distrito Federal não teve um aumento na sua mortalidade infantil, fazendo menção a uma notícia de que a mortalidade havia aumentado, e apresentou os dados oficiais. Pediu a união de todos para superação dos obstáculos. Disse que está com grande demanda no Hospital de Planaltina, que não está conseguindo fechar a escala do Hospital de Planaltina, então se em alguns momentos houver a fusão da porta do Pronto Socorro de Sobradinho e Planaltina é porque Planaltina perdeu horas e a escala realmente não fecha. Disse que a Secretaria de Saúde nomeou três hematologistas sendo que um irá para a Policlínica do Gama, um irá para o Hospital de Taguatinga e o outro irá para o Hospital da Ceilândia. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, informou que teria que postergar a continuidade da reunião para a próxima explicando que era preciso desocupar o auditório para que outra reunião pré-agendada acontecesse. O Conselheiro **Marcos Moura** disse que não é verdade que faltam pediatras no DF. Disse que na última estatística médica, de 2023, foram registrados 1818 pediatras com RQE no Distrito Federal, sendo que somente 369 são médicos de família. Disse que é necessário rever o CONVERTE. Disse que toda criança tem direito a um pediatra, inclusive antes de nascer, e não está ocorrendo esse atendimento. Citou a sobrecarga médica para o atendimento ao usuário. Disse que somente a UPA não resolve, tem que ter a UPA e tem que ter internação. Disse que não tem viatura e médico para remoção, e então a imprensa coloca a culpa na conta do médico. Solicitou à Secretária que devolvesse os pediatras para a Atenção Primária, aqueles que assim quisessem. Disse que o concurso precisa ter o número suficiente de pediatras, atrativo financeiro e atrativo de estrutura. Disse que as crianças merecem ser atendidas. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde do DF, respondeu ao Conselheiro Marcos Moura. Disse que a questão é que o quantitativo de pediatras que eram da Atenção Primária e aderiram ao CONVERTE é um quantitativo pequeno, então hoje tem poucos pediatras, e se fizer a retirada dos que aderiram a ser médico de família e comunidade também não resolve a questão da pediatria. Citou pediatras que fizeram um concurso, que se interessaram pelo concurso público e que pediram final de fila por ainda não serem titulados. Citou o Hospital Regional de Taguatinga, o Pronto Socorro da pediatria, que é uma unidade que deixa os servidores bastante orgulhosos pois está totalmente revitalizado. Disse, em relação ao concurso, que chamou 24, depois 34, no total de 158 em 6 meses. Disse que os pediatras que são de acesso direto de concurso tomaram posse e agora já está chamando o cadastro reserva. Disse que já conversou bastante a respeito da questão do CONVERTE e para que sejam colocados pediatras na Atenção Primária em Saúde tem que andar na contramão do país, porque o país inteiro anda alinhado com a Estratégia de Saúde da Família. Disse que essa é uma longa discussão, mas que conduz da melhor maneira possível e buscando o acerto. A Conselheira **Karine** fez críticas. Disse que tem quase um mês que está nessa pauta da pediatria, e salientou que a linha que o Governo tem colocado, que não existe caos, está tudo tranquilo, que a linha está certa, está errada, porque temos sim um aumento de mortes, e de mortes desassistidas. Citou a dengue, que houveram mortes de pessoas que peregrinaram atrás de assistência e não tiveram assistência adequada. Disse que a letalidade de dengue no Brasil é 0,59 e no Distrito de Federal está 1,28. Disse que infelizmente tem um desmonte da estrutura, do Sistema Único de Saúde, e isso tem reverberado numa pior qualidade do serviço enquanto trabalhadores para a população. Disse que em Sobradinho o médico da clínica médica só pode pedir exame segunda, quarta e sexta porque no restante dos dias não há coleta porque não tem retaguarda de laboratório. Disse que hoje a rota de coleta de sangue na Atenção Primária de Saúde praticamente não existe. Disse que hoje o parque tecnológico de exame de imagem está sucateado. Citou dificuldades referentes à remoção de crianças. Disse que mais da metade de UBS está afastada ou está dando seu jeitinho para pegar atestado para fugir. Disse, em relação à Atenção Especializada, que semana passada esteve no HRT e o Chefe do HRT falou que dos pediatras que ele tem nove tem restrição, que não atendem no ambulatório. Opinou que é preciso fazer um pente fino nos pediatras, se quando tem um adoecimento essa restrição se reverbera no consultório particular. Disse que não é só o médico, tem muitos profissionais de saúde, enfermeiros e técnicos de enfermagem que colocam a restrição na Secretaria de Saúde, mas atendem no particular. Disse, sobre a Atenção Hospitalar, que falta laboratório, falta parte tecnológica, falta SAMU, inclusive o gestor do SAMU já teve aqui falando todos os déficits que eles tiveram. Questionou o que está sendo feito hoje para fortalecer o SAMU, se está vislumbrando concurso para condutor, compra de ambulância, nomeações robustas só para o SAMU, técnicos e enfermeiros. Disse que o IGESDF tem deixado muito a desejar. Disse que o IGESDF faz parte da Secretaria de Saúde e quando o médico

da Atenção Primária, quando o enfermeiro da Atenção Primária faz um encaminhamento responsável para a UPA, esse encaminhamento responsável tem que ser acolhido e esse paciente tem que ser inserido imediatamente dentro do fluxo do IGESDF. Disse que não há transporte sanitário. Opinou que a linha de gestão está errada. Concordou com o Conselheiro Marcos, que é preciso, talvez, fazer uma profunda avaliação do CONVERTE, de pegar todos os especialistas e colocar na Policlínica. Disse que hoje tem filas e filas retidas de mulheres com gestação de alto risco, de pediatria, que hoje estão retidas na regulação. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, sugeriu que se continue a discussão sobre o tema na próxima reunião do CSDF. A 525ª RO foi encerrada às 13h39. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 11 de junho de 2024.

DOMINGOS DE BRITO FILHO
Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE
Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO PORTELA
Conselheira titular - Secretária de Estado de Saúde do DF

MAURÍCIO GOMES FIORENZA
Conselheiro suplente – Subsecretário de Atenção Integral à Saúde - SAIS

ARILENE DE SOUSA LUÍS
Conselheira titular – Assessora de Gabinete – GAB/SES

DANIELLE SOUSA FEITOSA FERREIRA
Conselheira titular – Hospitais Privados

INOCÊNCIA ROCHA DA CUNHA FERNANDES
Conselheira titular – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do DF/SES-DF

ANA PATRÍCIA DE PAULA
Conselheira suplente – Hospital Universitário de Brasília - HUB

BÁRBARA DE ALBUQUERQUE BERÇOT
Conselheira titular – Fundação Hemocentro de Brasília - FHB

MARCELO JORGE CARNEIRO DE FREITAS
Conselheiro suplente – Fundação Hemocentro de Brasília - FHB

JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR
Conselheiro titular – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF

VALDENIZE TIZIANE
Conselheira suplente – Hospital da Criança de Brasília – José Alencar

KARINE RODRIGUES AFONSECA
Conselheira titular – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal – ABEn-DF

MÁRCIO DA MATA SOUZA
Conselheiro suplente – Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal- SEDF

JÚLIO CÉSAR FLORÊNCIO ISIDRO
Conselheiro titular – Associação dos Especialistas em Saúde Pública da Secretaria de Estado de Saúde do DF do Distrito Federal – AES-SES/DF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES
Conselheiro suplente – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

FÁTIMA LÚCIA RÔLA
Conselheira titular – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito Federal – Clube da Saúde

TIAGO SOUSA NEIVA
Conselheiro titular – Associação Médica de Brasília - AMBr

MEIRE BEATRIZ FERREIRA DOS SANTOS
Conselheira suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – AACS/DF

STELLA DOS SANTOS RODRIGUES KRAUSE
Conselheira titular – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR
Conselheiro suplente – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

MARCOS MOURA SANTOS
Conselheiro titular – Sindicato dos Médicos do Distrito Federal – SindMédico - DF

CARLOS ROBERTO DE SOUZA FILHO
Conselheiro suplente – Sindicato dos Biomédicos do Distrito Federal – SINDBIOMÉDICOS/DF

WENDEL TEIXEIRA SANTOS
Conselheiro titular – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

MARÔA SANTIAGO GOMES
Conselheira suplente – Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal – COREn-DF

LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA
Conselheiro suplente – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais - ABIDS

CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES
Conselheiro titular – Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - ABDV

SILVESTRE ARAÚJO
Conselheiro titular – Associação DF DOWN

SILMA SOUSA COSTA
Conselheira suplente – Associação DF DOWN

ADRIANO BORGES ALVES
Conselheiro titular – Movimento Popular por Moradia e Cidadania - AMORA

PAULO MARTINS VIEIRA
Conselheiro titular - Associação dos Deficientes do Gama e Entorno - ADGE

ENÓQUIO SOUSA ROCHA
Conselheiro suplente - Associação dos Deficientes do Gama e Entorno - ADGE

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO
Conselheira titular – Associação dos Cidadãos Solidários aos Movimentos Populares – CMP/DF

MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES
Conselheiro titular - Aliança Nacional LGBTI

RAIMUNDO NONATO LIMA
Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária Distrito Federal – MISMEC/DF

ANA PATRÍCIA DE SOUZA LOBO PEREIRA DA SILVA
Conselheira suplente – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF

LARISSA BEZERRA DA CUNHA DA SILVA
Conselheira titular – Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

JOÃO ELIAS LIMA ARAÚJO
Conselheiro titular – Associação Brasiliense de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris

LUCAS CARVALHO SILVA
Conselheiro suplente – Cooperativa Central Base de Apoio do Sistema Ecosol no Distrito Federal Base Brasília LTDA – ECOSOL BASE BRASÍLIA